

Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

# O ACESSO DE ESTUDANTES NEGROS À PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

**Dra. Edna Martins** © 0000-0003-2795-1503 **Dr. Luiz Carlos Novaes** © 0000-0002-7320-4595 **Erick Dantas da Gama** © 0000-0002-0514-2564

Universidade Federal de São Paulo

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é apresentar um panorama sobre o acesso de estudantes negros em um programa de pós-graduação em Educação (PPGE), sem política de cotas, de uma Universidade pública Federal no período de 2013 a 2018. A análise de dados incidiu sobre registros do PPGE acerca do ingresso e egresso de seus mestrandos. Conclui-se que apesar de um aumento significativo de pósgraduandos pretos e pardos nesse contexto, tal

quociente ainda não é suficientemente representativo se comparado aos números de estudantes brancos nesses espaços. Nesse sentido, esse trabalho pode apresentar elementos a serem considerados na implementação de políticas de reserva de vagas nesta modalidade de ensino com vistas ao acesso e permanência da população negra nos cursos de pós-graduação no Brasil.

Palavras-chave: Política de ação afirmativa; Sistema de cotas; Pós-graduação.

# THE ACCESS OF BLACK STUDENTS IN POST-GRADUATION: A STUDY ON ETHNIC-RACIAL INCLUSION IN THE PUBLIC UNIVERSITY

**ABSTRACT:** The objective of this study is to present an overview of the presence of black students in a postgraduate program in Education (PPGE), no quota system, of a Federal Public University from 2013 to 2018. Data analysis focused on PPGE enrollment and egress records from this masters program. It is concluded that despite a significant increase of black and brown graduate students in this context, this quotient is still not

sufficiently representative when compared to the numbers of white students in these spaces. In this sense, this work can present elements to be considered in the implementation of vacancies reserve politics in this modality of course, due to its contribution to clarify the access and permanence of the black population in postgraduate courses in Brazil.

**KEYWORDS:** Affirmative action politic; Quota system; Post-graduation.

Página 120





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## 1 INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, os brasileiros têm vivenciado e aprofundado alguns debates e proposições que resultaram em leis que buscam garantir a promoção dos direitos humanos e, sobretudo, a superação do abismo de desigualdades existentes entre brancos e negros em várias esferas da sociedade. Passo a passo, os movimentos sociais obtiveram conquistas no que se refere ao respeito e valorização da diversidade a partir de iniciativas voltadas para a promoção da igualdade racial em diversos segmentos sociais. Dentro e fora dos muros das universidades e centros de pesquisas, a questão das políticas de ação afirmativa tem sido alvo de reflexões críticas (Paixão, 2010, Carvalho, 2007) o que tem favorecido a diminuição dos processos discriminatórios e das diferenças de acesso e permanência de jovens negros e negras nos espaços e contextos institucionais.

Embora as políticas de equiparação de direitos tenham tido expressivo impacto na sociedade brasileira e as estimativas dos dados do Censo 2010 do IBGE apontam que o percentual de brasileiros que se autodeclararam negros tenha aumentado passando a representar mais da metade do quociente populacional do Brasil, todos os indicadores sociais ainda apresentam níveis intoleráveis de desigualdade entre negros e brancos em vários setores da economia do país. Além de a literatura sobre o tema, publicações de organismos internacionais, especialmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), reconhecem que as desigualdades necessitam ser consideradas a partir das diferenças regionais e de classe social, mas, sobretudo, precisam ser compreendidas à luz das categorias de raça e gênero. Cresce o número de organizações públicas e privadas favoráveis à implantação de ações específicas voltadas para a ampliação da inclusão de negros e mulheres em várias áreas. Dentre essas organizações, a universidade pública tem se destacado por impulsionar inúmeros debates a respeito do tema,





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

produzindo dados e reflexão sistemática sobre o impacto do racismo e sobre políticas de cotas para as minorias étnicas e raciais.

A violência experimentada pela população negra também pode explicar a baixa expectativa de vida nesse segmento. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e IBGE, utilizando indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), apontam dados sobre a vida social de brancos e negros, sinalizando que os primeiros vivem mais do que os segundos (Pinheiro, et. al, 2008). O estudo afirma que apesar de terem ocorrido algumas mudanças com relação às diferenças entre brancos e negros na sociedade brasileira nos últimos anos, ainda há muito para se fazer. A pesquisa também mostra que a pobreza afeta mais as famílias negras. Quando colocamos o foco nas famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, por exemplo, 69% dos domicílios têm chefe de família negro e 31%, branco. Sobre as condições de habitação e moradia, os resultados da pesquisa mostram que os negros ocupam em maior número, favelas e assentamentos. Das famílias moradoras nessas localidades 40,1% são chefiadas por homens negros, 26% por mulheres negras, 21,3% por homens brancos e 11,7% por mulheres brancas.

Historicamente, as desigualdades nas categorias de cor/raça na educação brasileira têm sido objeto de investigação de diferentes pesquisadores (VALLE e HASEMBALG, 2000; HENRIQUES, 2002; PAIXÃO, 2010). Desde a década de 90, estudos brasileiros como os de Rosemberg (1991), Hasenbalg (1992) e Rosemberg; Pinto; Negrão, (1996) já comprovavam que os índices educacionais obtidos por alunos pretos e pardos no Brasil eram inferiores aos de outros grupos raciais. Questões como o rendimento escolar, o acesso e o tipo de escola, assim como a duração da jornada escolar, foram marcadamente diferenciados com relação ao pertencimento étnico-racial das crianças da escola pública. Crianças pretas e pardas em situação escolar demonstravam ter piores índices educacionais quando comparadas com crianças brancas. Henriques (2002) já afirmava que, em média, os alunos negros possuíam apenas 5,3 anos de estudo; poucos

Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. *Ahead of Print*. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

conseguiam chegar até a 5<sup>a</sup> série e iniciar a 6<sup>a</sup> série do ensino fundamental. Havia também diferenças significativas quanto aos anos de estudos; em média, os alunos brancos possuíam dois anos a mais que os alunos negros.

Segundo Castro e Abramovay (2006) em pesquisa sobre a questão racial em escolas brasileiras, a concentração de alunos negros se dá em sua maioria nas escolas públicas, em maior proporção do que era de se esperar. Com a diferença mais acentuada no quesito raça/cor, aparece o Estado de São Paulo, onde 55,00% dos alunos no nível fundamental das escolas públicas são negros, enquanto apenas 22,40% dos alunos nas escolas privadas são dessa mesma classificação étnico-racial.

Dados do IBGE, em pesquisa divulgada em setembro de 2010 mostram que a porcentagem de estudantes negros é superior a porcentagem de estudantes brancos sem acesso à educação. O percentual de jovens brancos de 18 a 24 anos de idade que cursava o ensino superior em 2009 era de 62,6%, entre os jovens negros o percentual era de 28,2% e, para os pardos, o percentual era de 31,8%. Em dez anos a proporção de brasileiros com ensino superior completo que se declarava negro ou pardo dobrou entretanto, esse quociente era tão baixo em 1999 que, mesmo assim, os contingentes de negros e pardos ainda hoje representa um terço do percentual de brancos graduados.

Com relação à desigualdade entre brancos e negros no que se refere ao acesso e permanência no ensino superior, crescem os números de estudos e investigações sobre políticas de ação afirmativa nesse campo (Silva e Nogueira, 2019; Heringer, 2018), acendendo o debate público a partir de resultados de estudos que comprovam as dificuldades enfrentadas por estudantes negros e negras para cursar uma universidade. Nessa direção também encontram-se estudos de Barreto (2015); Martins e Geraldo (2013) e Martins (2016) que reafirmam o nível de desigualdade racial presentes no campo educacional, apontando resultados que evidenciam as desvantagens de alunos negros e negras em suas trajetórias de escolarização. Tais investigações apresentam as





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

disparidades educacionais entre negros e brancos, que vão crescendo a partir do ensino médio, culminando no ensino superior e na pós-graduação

Ratts (2010) aponta que passo a passo, frente a demonstração das desigualdades raciais existentes no país, sobretudo no campo da educação, muitas Instituições públicas de Ensino Superior (IES) passaram a adotar processos seletivos diferenciados ou sistemas de cotas tanto para estudantes egressos de escolas públicas e/ou negros. O autor afirma que "o salto foi de 4 IES em 2002, para 85 no início de 2010, inaugurando uma nova etapa no âmbito universitário" (RATTS, 2010, p. 133).

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira Universidade Federal brasileira a adotar o sistema de cotas para estudantes negros em 2003. Depois da UnB entre 2003 e 2011, mais 27 universidades federais consolidaram a implantação do sistema de cotas raciais, até a aprovação e implementação da lei federal que obrigou que as instituições públicas federais de educação superior implantassem tal política de ação afirmativa (Paiva, 2013). No caso específico da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) essa ação se deu em 2005, ano em que ocorreu o primeiro vestibular com o sistema de cotas e a adesão da Universidade ao Projeto Brasil Afro-Atitude: Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros. Nessa direção, Tobias (2014) em pesquisa sobre cotas raciais na Unifesp, afirma que a reserva de vagas ou sistema de cotas é uma das formas de ação afirmativa mais adotadas por essas universidades públicas, contudo, tal política pública favorece não só a população negra, beneficiando também estudantes indígenas e aqueles que se originam do sistema educacional público. Embora tenhamos um grande grupo de investigações científicas enfatizando a importância dessa política para o ingresso e permanência de jovens negros no ensino superior, tal sistema ainda não foi implementado na pósgraduação nessa universidade. Aliás, essa é uma realidade que não faz parte da maioria dos Programas de mestrado e doutorado do país, como aponta Carvalho (2007).





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Sobre esse assunto, Ricoldi (2015) demonstrou que desde 2004, tanto as cotas raciais (no setor público), assim como as bolsas de estudo ofertadas predominantemente pelas instituições privadas (financiadas pelo Programa Universidade para Todos. - Prouni) foram os responsáveis pelas alterações, ainda que de forma gradativa, do perfil étnico-racial dos estudantes ingressantes no ensino superior no Brasil. Segundo as autoras ao analisarmos os dados referentes a um maior quociente de estudantes negros no ensino superior, devese levar em consideração as áreas de formação ou cursos frequentados, pois há evidências científicas apontando que as mulheres e os negros concentram-se em cursos considerados de menor prestígio social. As carreiras de maior tradição ou as que registram maior concorrência, como é o caso da medicina, direito e engenharia, ocupam um segundo plano nos números referentes à presença de alunos negros, embora essa questão ainda mereça maiores investigações (ARTES; RICOLDI, 2015, p. 6).

Para Heringer (2018), não restam dúvidas de que as ações afirmativas no Brasil tem se mostrado como uma experiência exitosa, contudo tal conquista só foi possível por meio da grande pressão, conflitos e percalços de setores sociais historicamente discriminados. Tal política, apesar de caminhar como alvo de críticas dos mais vários setores da sociedade, tem avançado com sucesso, consolidando-se com o passar do tempo. Ao fazermos um balanço dos sistemas de cotas raciais na Educação superior na última década, a autora assinala que o primeiro ponto que devemos considerar como positivo refere-se à ampliação do acesso de alunos da escola pública, negros (pretos/pardos) e estudantes indígenas na Universidade.

Apesar dos avanços expressivos no acesso de pretos e pardos ao ensino superior, se comparamos este dado com o aumento da frequência de estudantes brancos nesta faixa de ensino observamos que a defasagem entre brancos e pretos/pardos continua grande. A presença de estudantes brancos de 18 a 24 anos no ensino superior saltou de 14,5% em 2001 para 25,3% em 2014 e se mantém, portanto, bastante acima da proporção de estudantes pretos e pardos neste nível de ensino. Estes indicadores demonstram que o avanço, apesar de expressivo, ainda precisa ser

DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ampliado nos próximos anos. Podemos afirmar que estamos avançando na direção certa, porém em uma velocidade ainda insuficiente para dar conta das grandes defasagens existentes entre os grupos de cor no acesso ao ensino superior (HERINGER, 2018, p 10, 11).

Sobre o sucesso das políticas públicas de ação afirmativa, Silva e Borba (2018) apresentam um panorama de estudos sobre o tema, mostrando que marcadamente as pesquisas acadêmicas têm se restringido especificamente as ações de ingresso do estudante negro nos cursos de graduação em Universidades nas quais as cotas raciais têm evoluído em sua implementação. Contudo há nesse campo, um vasto estrato de assuntos a serem abordados, como por exemplo as temáticas referentes às políticas de cotas na pós-graduação, nos cursos *stricto sensu*.

Nessa perspectiva e considerando a escassez de estudos que tratem da questão racial com indicadores de ingresso e titulação de estudantes negros na pós-graduação brasileira, este trabalho buscou realizar um mapeamento dos processos de inclusão dos grupos de raça/cor nesse nível acadêmico, em um Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo. A partir de metodologia descritiva, utilizando formulários preenchidos por estudantes de mestrado analisou-se as variáveis raça/cor, averiguando disparidades e regularidades do fenômeno estudado num determinado período de tempo. Tal debate está circunscrito na análise do quociente de estudantes em nível de mestrado, matriculados no período estudado, considerando não haver até o presente momento qualquer sistema de reserva de vagas ou política de ação afirmativa implementada na pós-graduação da universidade em questão.

# 2- A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGROS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSO NO BRASIL

Ao dissertar sobre as questões que envolvem as relações raciais no Brasil no âmbito do universo acadêmico, apontando as desigualdades desse contexto,





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Carvalho (2007) nos conduz a reflexão sobre as particularidades do mundo universitário em que a quantidade de professores negros é absolutamente ínfima. Em estudo na Universidade de Brasília (UnB), o autor constatou "a ausência de estudantes negros como algo comum a todos os programas de pós-graduação de Antropologia do país e a todos os programas de pós-graduação da UnB" (p. 32).

Segundo dados da Pnad 2013-2014 (IBGE, 2015), a quantidade de estudantes negros matriculados regularmente em cursos de mestrado e doutorado no Brasil teve um aumento bastante expressivo de 2001 a 2013, passando de 48,5 mil para 112 mil, contudo os números da pós-graduação cresceram em medida similar quando comparamos o aumento de alunos brancos nessa etapa de ensino nos últimos 12 anos, que passou de 218,8 mil para 270,6 mil. Desse modo, embora façam parte da maior parte da população, os estudantes negros representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos regularmente matriculados em universidades do país.

Nessa mesma direção, Paixão (2010), no Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010, aponta que a entrada de estudantes pretos e pardos (negros) nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) das universidades brasileiras no ano de 2008 era de 65.045 contra um total de 258.738 de estudantes brancos. Assim, os brancos representavam 79,4% do total dos alunos cursando mestrado ou doutorado no Brasil, enquanto os negros (pretos e pardos) somavam apenas 20,0% desse quociente de estudantes vinculados à algum programa de pós-graduação do país.

Ao analisar a situação docente, Carvalho (2007) destaca que nas universidades brasileiras existe a presença esmagadora de professores brancos. Na maioria dessas instituições os poucos docentes negros existentes trabalham de forma isolada, enfrentando cotidianamente situações estigmatizantes. Em pesquisa sobre a porcentagem de professores negros em universidades públicas brasileiras, embora admitindo alguma margem de erro nas amostragens agrupadas, o autor deparou-se com níveis marcantes: na "USP, UNICAMP, UFRJ e UFRGS a proporção de professores negros não passa de 0,2%; na UFSCAR o Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. Ahead of Print.

DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

percentual é de 0,5%; e na UFMG, de 0,7%". Tais números evidenciam que em nenhuma universidade considerada referência nacional na pesquisa esse número parece passar de 1% (CARVALHO, 2007, p 33). Nessa mesma perspectiva, Arboleya (2019) assinala que basta olharmos brevemente para a realidade das universidades públicas brasileiras que perceberemos que este ainda é um território quase exclusivo do branco com imensas barreiras estruturais e simbólicas erigidas nas histórias de escolarização e formação de pretos e pardos, diminuindo historicamente suas possibilidades de acesso à educação pública de qualidade e seus sonhos de ascensão social.

Especificamente no mês de maio de 2016, o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União uma Portaria Normativa N° 13, com disposições que sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros e negras, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de Pósgraduação. Tal portaria considera, portanto, a lei 12.711/2012 que institui as cotas raciais no ensino superior (cursos de graduação), assinalando um prazo de noventa dias para as que todas as Instituições Federais de Ensino Superior pudessem apresentar a criação de comissões de discussões sobre o assunto na pós-graduação (cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado), assim como a apresentação de proposições de possíveis formas de inclusão de negros e negras nesses Programas de pós-graduação. Contudo, parece não ter havido uma grande disponibilidade das universidades em buscar formas de discussão sobre o assunto e pouco se tem debatido sobre a questão, haja visto o número escasso de publicações sobre a temática nos últimos anos, desde a publicação de tal portaria. Sobre esse assunto Foster (2016) assinala que:

A política de cotas na pós-graduação stricto sensu é uma forma de colocar em evidência o racismo e processos mais amplos de discriminação nos programas de pós-graduação, tendo em vista que, historicamente, esses programas têm sido quase que exclusivamente de pessoas brancas. Mais uma barreira sendo enfrentada. Mais embates com colegas que se colocam em posições diametralmente opostas e contrárias a essas ações políticas. Os argumentos são vários e vão desde a propalada ausência de necessidade, uma vez que, nessa perspectiva, a política de cotas na graduação anularia as diferenças no acesso à pós-graduação, até ao

Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. *Ahead of Print*. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

argumento da meritocracia, nossa já velha conhecida (FOSTER, 2016, p.190).

A pesquisa sobre equidade na pós-graduação desenvolvida por Artes (2015) aponta uma imensa desigualdade no que se refere a presença de estudantes negros nos cursos *stritcto sensu* no Brasil. O estudo revela que "são necessários 1000 jovens na faixa etária dos 24 a 46 anos para se computar 19 frequentando um curso de mestrado (com cobertura de 75,3%) e nove no doutorado (com cobertura de 76,6%)". Salienta-se que uma esmagadora maioria de cursistas negros está inserida em carreiras de menor prestígio social, entendidas como aquelas formações em que há menor relação candidato-vaga nos processos de vestibular, ou ainda aquelas que revelam menor potencial de ganho profissional que se encontram em nível inferior na hierarquia social das carreiras.

O estudo também revela que o quociente de mulheres negras na pósgraduação se sobrepõe ao número de homens negros, contudo a participação tanto de homens quanto de mulheres negras na pós-graduação em comparação ao grupo de brancos, evidencia o quanto a pós-graduação é restrita quando nos referimos ao quesito cor/raça. Desse modo,

[...] no acesso à pós-graduação têm-se três vezes mais homens brancos e mulheres brancas em comparação a homens e mulheres negras. Visto por outra perspectiva, no caso do doutorado, a distância entre os resultados para as pessoas brancas e negras é de 25,2 pontos para os homens e 29,4 para as mulheres (Artes, 2015, p. 45).

A passos lentos, alguns programas de pós-graduação começam uma mobilização para a discussão de possíveis formas de implementação de reservas de vagas em seus cursos de mestrados e doutorados. Venturini, (2017a) em análise de dados obtidos pelo grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa (GEMAA) sobre as políticas afirmativas na pós-graduação em universidades públicas brasileiras, investigou 49 ações implementadas no período de 2002 ao início de 2017. As conclusões preliminares parecem demostrar que mais da metade dessas políticas ocorreram por meio de iniciativas





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

isoladas de programas de pós-graduação, enquanto que a outra parcela é decorrente de leis estaduais ou ainda de resoluções de conselhos de algumas dessas universidades.

A mesma autora (Venturini, 2017) também analisou a implementação da política de ação afirmativa na pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, além de enfatizar questões que envolvem o trabalho conjunto de estudantes e professores na construção das ações afirmativas, considerando os obstáculos enfrentados pelos grupos de minoria étnica e racial nos processos seletivos para a pósgraduação, a pesquisadora também salienta a importância das políticas de permanência nos espaços acadêmicos.

Nessa perspectiva, publicações recentes, vêm mostrando percentuais de entrada e permanência de estudantes negros em casos particulares de Programas de pós-graduação que possuem política de cotas, fornecendo assim mais dados que denunciam o fenômeno da desigualdade nesse campo. Nessa esteira encontra-se o trabalho recente de Vanali e Silva (2019) que descreve a disparidade da presença de docentes e discentes negros e brancos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Paraná (UFPR), demonstrando a hegemonia branca e a alta desigualdade racial nesses espaços e a importância da política de cotas raciais na pós-graduação.

## 3- DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Considerando a escassez de estudos voltados para o campo das relações étnico-raciais na pós-graduação e, em concordância com os autores sobre a equidade de oportunidades para estudantes brancos e negros, este trabalho objetiva apresentar e discutir dados de ingresso e titulação de mestrandos negros no programa de pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

São Paulo. Nessa perspectiva, esse estudo segue a modalidade de pesquisa exploratória e descritiva que segundo Gil (1991, p.45), tem o intuito de contribuir com uma maior familiaridade com o fenômeno pesquisado buscando torná-lo explícito e ou proporcionando a construção de hipóteses sobre o tema. Desse modo, com vistas a estabelecer um panorama sobre a temática estudada, intenta-se ampliar o debate sobre o ingresso de estudantes negros em cursos de pósgraduação stricto sensu, contribuindo com estudos dessa natureza.

O trabalho de investigação foi realizado junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (PPGE/UNIFESP) – Campus Guarulhos. Para tanto, organizou-se dados a partir de levantamento da autodeclaração racial de ingressantes no curso de mestrado no período de 2013 a 2018, assim como informações sobre a titulação de estudantes do ano de 2017. Tal recorte se deve ao fato de se tratar de um Programa de Pós-graduação razoavelmente novo, que iniciou as suas atividades em 2013 e que até o momento não implementou nenhuma política de reserva de vagas.

Os dados foram obtidos a partir de formulários de matrículas e de inscrição de processos seletivos respondidos por estudantes e candidatos ao mestrado. Analisou-se sobretudo, o quociente de ingressantes pretos e pardos no programa em relação aos grupos de alunos brancos e indígenas. Considerou-se, o percentual de estudantes que optaram por não responder a questão sobre autodeclaração de raça/cor, assim como a heteroidentificação de raça/cor dos docentes credenciados no Programa de pós-graduação. Por fim, fez parte da pesquisa a análise de dados documentais do programa sobre o quociente de egressos e a titulação de estudantes pretos e pardos no mesmo período.

#### 3.1-Resultados e Discussão

O programa de pós-graduação em Educação (PPGE) da Unifesp foi iniciado em 2013 com a função social de produção de novos conhecimentos e formação de



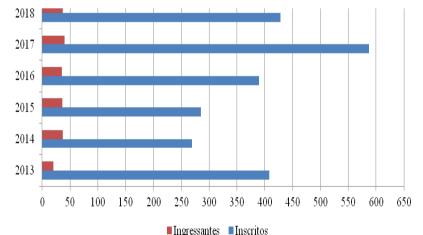


Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

pesquisadores, mediante estudos e pesquisas educacionais. De sua criação até os dias atuais já sofreu uma série de mudanças, buscando otimizar os processos de formação de seu corpo de pós-graduandos. Em sua organização, oferece especificamente cinco Linhas de Pesquisa: Educação: Desigualdade, Diferença e Inclusão; Educação, Estado, Trabalho; Escola Pública, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas; História da Educação: Sujeitos, Objetos e Práticas e, Linguagens e Saberes em Contextos Formativos.

Atualmente, dos 30 docentes/orientadores credenciados no PPGE, não há nenhum professor preto ou pardo. Há apenas a presença esmagadora de professores brancos, o que corrobora com achados de outros estudos (CARVALHO, 2007; VENTURINI, 2017; VANALI E SILVA, 2019). O processo de seleção para o ingresso nos cursos de mestrado e doutorado do Programa ocorre anualmente, com uma elevada demanda de candidatos por vaga, chegando ao número máximo de 587 (quinhentos e oitenta e sete) no ano de 2017. Os dados analisados foram retirados de formulários de matrículas dos ingressantes no período de 2013 a 2017. A questão do formulário referentes a autodeclaração de raça/cor seguiu o mesmo padrão utilizado pelo IBGE. Já a análise do ano de 2018 incidiu sobre o formulário de inscrição no processo seletivo. No gráfico I aparece a quantidade de inscrições recebidas em cada um dos anos.

**Gráfico 1** – Quantidade de inscritos e ingressantes, por ano, no PPGE-UNIFESP



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476

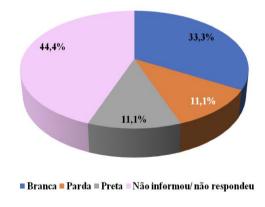


Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nota-se no gráfico apresentado que o programa recebeu desde a sua criação um número elevadíssimo de inscritos para as poucas vagas oferecidas. Discute-se a hipótese de termos na região uma demanda reprimida de pessoas pertencentes aos bairros mais periféricos, especificamente da zona leste de São Paulo e da cidade de Guarulhos, assim como de outras pequenas cidades do entorno. Ainda não foi possível realizar estudos específicos sobre essa questão, contudo tal pesquisa se justifica dado o aumento gradativo do número de candidatos que procuram anualmente o PPGE da Unifesp.

Em sua primeira chamada para o processo seletivo que ocorreu em 2013, pudemos verificar que PPGE-UNIFESP recebeu 408 (quatrocentos e oito) inscrições e efetuou 21 (vinte e uma) matrículas. Numa análise das matrículas dos ingressantes com relação à cor/raça, o gráfico II aponta:

**Gráfico 2** - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2013



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

A partir do gráfico II pode-se notar uma grande porcentagem de estudantes (44,4%) que não respondeu a pergunta sobre raça/cor, mas esse número vai diminuindo com o passar dos anos, como veremos adiante. Segundo Schucman, Nunes e Costa (2017) o reconhecimento racial para os negros é uma estratégia de afirmação pessoal e política, tem a ver com uma organização grupal e mobilização social na reivindicação de mudanças. Sobre essa questão Oliveira assinala:



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente dificil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexiste. estudos brasileiros consistentes Desconheço sobre identidade racial/étnica (OLIVEIRA, 2004, p. 57).

Já no ano de 2014 o programa recebeu 269 (duzentos e sessenta e nove) inscrições, com o ingresso de 37 (trinta e sete) alunos. Em relação a autodeclaração nota-se claramente a partir do gráfico seguinte que o número de estudantes que se autodeclararam aumentou significativamente. Enquanto em 2013 um quociente de 44,4% se recusou a fazer a declaração de raça/cor, em 2014 apenas 12,9% não declarou voluntariamente o seu pertencimento racial. Esse percentual de não declarantes diminuiu drasticamente nos anos seguintes.

Gráfico 3 - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2014



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

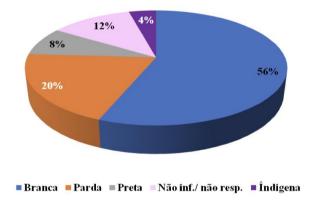
Na análise dos ingressantes de 2014, é importante destacar que, em relação ao ano anterior, há um aumento expressivo na proporção de alunos que se autodeclararam pretos e pardos, de 22,2% em 2013 para 32, 3% em 2014. No



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ano seguinte, em 2015, o programa recebeu 285 (duzentas e oitenta e cinco) inscrições, com ingresso de 36 alunos. Há uma redução expressiva dos não-informantes e o surgimento de candidatos se autodeclarando "indígenas". Sendo assim, em 2015, a proporção de alunos pardos e pretos é de 28% e de indígenas igual a 4% como apontado no gráfico IV.

Gráfico 4 - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2015



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

Com exceção ao ano de 2013, em que a consulta acerca de cor/raça teve baixa adesão, a proporção de alunos autodeclarados brancos não se altera de maneira significativa nos anos de 2014 e 2015, apresentando um crescimento expressivo no ano de 2016. Tal aumento pode ser analisado à luz dos dados do obtidos pelo Grupo de estudos multidisciplinares de ação afirmativa (Geema) que aponta que somente a partir do vestibular de 2013, as 18 universidades que ainda resistiam às ações afirmativas para seus cursos de graduação tiveram que adotá-las em cumprimento à Lei Federal 12.711, o que impactou visivelmente o incremento e implantação dos programas de ação afirmativa (EURISTENES; FERES JR; CAMPOS, 2015, p. 9). Desse modo, pode inferir que políticas dessa natureza podem ter impactado o comportamento de auto-identificação da população de pretos e pardos disposta a fazer parte de ambientes acadêmicos como o da pós-graduação.

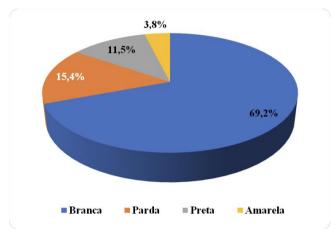
Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. *Ahead of Print*. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Gráfico 5 - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2016



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

Em 2016 o programa recebeu 390 (trezentos e noventa) inscrições, com ingresso de 35 alunos. Neste ano, como mostra o gráfico V, o aumento da proporção de candidatos brancos contrasta com a diminuição de candidatos pretos e pardos e com a emergência da categoria cor "amarela", representando candidatos de origem asiática. No quarto processo seletivo realizado pelo programa, a proporção de ingressantes autodeclarados brancos diminui consideravelmente, acompanhada também, da diminuição do número de candidatos que anteriormente deixavam de dar tal informação. Para essa questão precisaríamos de outros estudos que abordassem tal fenômeno com esse grupo específico. O que podemos assegurar a partir dos dados analisados é que a autodeclaração foi nos anos iniciais do Programa, uma questão bastante cíclica, mas que em alguma medida, acabou sendo dirimida a partir do ano de 2018 em que os candidatos deveriam responder a questão no formulário de inscrição para o processo seletivo.

Já no ano de 2017, como mostra o gráfico VI, tivemos uma diminuição do número de candidatos que deixaram de se autodeclarar no ato da matrícula. De um total de 11,5% que não se autodeclararam no ano de 2016, tivemos um

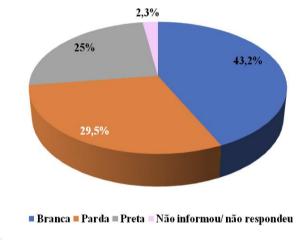
Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. Ahead of Print.



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

quociente de apenas 2,3% no ano seguinte. Importante assinalar que o formulário de matrícula oferecia a opção: "não desejo me autodeclarar".

Gráfico 6 - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2017



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

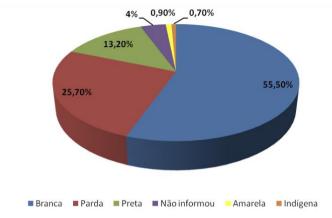
O número de inscrições de candidatos negros continuou aumentando e, em 2017, o programa registrou 587 (quinhentas e oitenta e sete) incrições, com ingresso de 40 alunos. Como vimos no gráfico VI, houve um aumento significativo de alunos pretos e pardos no ano de 2017, representando juntos 54,5% do corpo discente. Especificamente, em relação ao ano de 2018, a informação sobre cor/raça foi solicitada, pela primeira vez, no formulário de inscrição para o processo seletivo; assim, foi possível estabelecermos uma relação entre a procura e o ingresso de candidatos autodeclarados pretos e pardos no PPGE-UNIFESP.

Já para o ingresso no ano de 2018 o programa recebeu 425 (quatrocentas e vinte e cinco) inscrições assim distribuídas:



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Gráfico 7- Inscritos no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2018

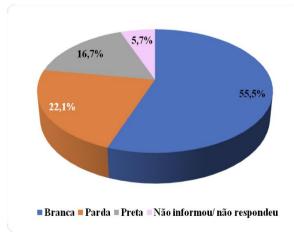


Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

No gráfico VII podemos notar uma queda no quociente de alunos negros somando 38,9% contra 55,5% de estudantes brancos. Apesar da diminuição na proporção de alunos pretos e pardos em relação ao período anterior, o índice continuou maior do que o registrado no período de 2013 a 2016.

Neste ano de 2018, tivemos o ingresso de 37 (trinta e sete) alunos no programa divididos entre brancos e negros. No gráfico seguinte (gráfico VIII) é possível verificar os quocientes de estudantes que fizeram sua autodeclaração e se matricularam no PPGE.

**Gráfico 8** - Ingressantes no Curso de Mestrado em Educação no ano de 2018



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

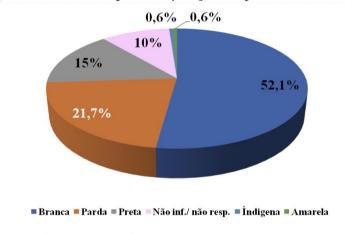


Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

No gráfico VIII observa-se que o percentual de alunos pretos e pardos no PPGE-UNIFESP no ano de 2018 se manteve como no ano anterior, na casa dos 38,8%. É importante ressaltar que tal índice é superior ao registrado pela Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD 2013-2014) que é de 28,9 entre pretos e pardos que frequentam a pós-graduação no país. Esse dado também é superior aos da PNAD contínua, a partir de 2016.

Especificamente em relação ao ano de 2018, podemos notar que o quociente de alunos negros matriculados no programa foi muito próximo ao percentual de inscritos no processo seletivo. De modo geral, a proporção de aluno pretos e pardos no PPGE-UNIFESP tem permanecido um pouco acima dos patamares observados nos levantamentos realizados pelo IBGE. Para termos um panorama geral por período, apresentamos os dados do gráfico IX com os quocientes de matriculados no programa nos anos de 2013 a 2018.

Gráfico 9- Ingresso de discentes por cor/raça no período de 2013 -2018



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

Embora tenha havido uma pequena oscilação nos números de ingresso de alunos negros no PPGE da UNIFESP desde 2013, percebemos nos gráficos que houve um aumento significativo de pessoas que se autodeclararam negras, ainda que o quociente de brancos seja predominante nesses cenários. Enquanto em 2013, apenas 22,2% de estudantes negros conseguiam ingressar no programa, no

DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476



Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. Ahead of Print.



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

ano de 2018 esse percentual subiu para 38,8% entre os ingressantes. A tabela 01 mostra a distribuição no período analisado:

Tabela 01 - Percentual de cor/raça, segundo autodeclaração, por ano de ingresso,

no período de 2013 -2018

Cor/Raça	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Amarela	0	0	0	3,8	0	0
Branca	33,3	54,8	56	69,2	43,2	55,5
Indígena	0	0	4,0	0	0	0
Parda	11,1	22,6	20,0	15,5	29,5	22,1
Preta	11,2	9,7	8,0	11,5	25,0	16,7
Não deseja declarar	44,4	12,9	12,0	0	2,3	5,7
Total (%)	100	100	100	100	100	100

Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

De modo geral, a presença de pretos e pardos no PPGE analisado está acima do patamar estabelecido por algumas universidades brasileiras que adotaram o regime de cotas raciais e que reservam, em média, entre 20 a 30% das suas vagas para o acesso destes candidatos em seus cursos de pósgraduação. Consideramos porém, que a implementação de políticas de ação afirmativa se mostram extremamente necessárias, pois possibilita que esse estrato da população brasileira possa ter garantido o acesso e permanência nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em universidade públicas brasileiras.

Em nossa análise, para além do ingresso dos estudantes, nos interessou saber também sobre o egresso e a titulação, ou seja, quantos dos estudantes pretos e pardos conseguiram terminar o curso e conquistar o título de Mestre em Educação, durante o período de 2013-2017. Dados gerais do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) demonstram que a proporção de negros titulados em programas de pós-graduação no Brasil era de 18,8%. No período de 2013-2017 o PPGE UNIFESP titulou 30,5% de estudantes negros, lhes conferindo o título de Mestre em Educação. Certamente tais dados precisam ser relativizados, pois, como é sabido, a escassez de estudos acerca da presença de estudantes negros na pós-graduação brasileira, associada ao fato de não termos informações

Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. Ahead of Print.

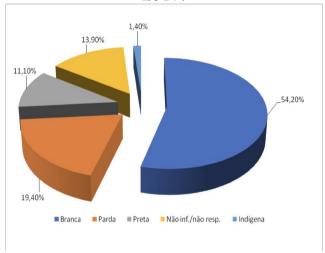




Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

precisas sobre a presença destes estudantes, por áreas e/ou programas, dificulta qualquer tentativa de generalização, o que denota a importância e relevância de tal reflexão.

**Gráfico 10**- Distribuição de alunos titulados, por cor/raça, no período de 2013-2017.



Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação (EFLCH-UNIFESP)

Considerando o tempo médio de titulação no PPGE UNIFESP de 30 (trinta) meses, o gráfico XI apresenta o quantitativo de estudantes titulados e que ingressaram no período de 2013 a 2015, pois os que ingressaram a partir de 2016 só se titularam a partir de 2018 e não temos dados específicos sobre isso. Outra questão que merece destaque diz respeito a ausência de autodeclaração acerca da cor/raça no período considerado. Percebe-se que 13,9% dos estudantes não fizeram a autodeclararam o que prejudica uma análise mais apurada sobre o assunto. Todavia, o que podemos notar com clareza é que apesar de ter aumentado o quociente de estudantes negros na PPGE UNIFESP a população branca ainda é a mais privilegiada, ocupando grande parte das vagas dos cursos de pós-graduação neste programa específico, assim como em todo o território nacional, como tem assinalado os estudos de Artes (2015). Em programas mais antigos, como é o caso do PPGE da Universidade de São Carlos

Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. *Ahead of Print*. DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

podemos verificar o quanto a população negra estava na última década, pouco representada nos cursos de Pós-graduação em Educação conforme aponta o estudo de Abramowicz; Bittar; Rodrigues (2009)

O levantamento e a consolidação de informações sobre raça/cor dos alunos do Programa ainda não foram concluídos (...) (Egressos do Mestrado segundo cor/raça, 2004-2006)...(...), quanto ao triênio 2004-2006, de um total de 100 defesas, 80% dos alunos são brancos, 16% negros (preto + pardo), 1% amarelo e 3% não informaram. A partir desse indicador, podemos observar que a desigualdade étnico-racial também atravessa a pós-graduação, nível de formação na qual os negros estão subrepresentados, na medida em que esse percentual não se equipara à presença desse segmento populacional no estado de São Paulo, que é da ordem 31% (IBGE, 2006, p. 81).

No programa de Pós-graduação em educação da Unifesp, ainda que não se tenham implementado nenhuma ação afirmativa que diga respeito a entrada e estudantes pretos/pardos, o quociente de estudantes permanência de autodeclarados nessas condições é bastante expressivo e acaba cumprindo uma das metas apontadas em políticas públicas que visam aumentar o número de acesso da população negra nesses ambientes educacionais. O aumento da relacionada autodeclaração de cor, pode estar diretamente tanto à conscientização da população com relação à sua cor/raça ou ainda com as oportunidades oferecidas pelas políticas públicas de ação afirmativa e seus impactos nas populações que tem acessado à universidade pública nos últimos anos. Sobre esse assunto Munanga em entrevista a Fernandes, Telo e Cordaro (2016) aponta que:

O último censo de 2010 mostra que a maioria da população brasileira, cerca de 51%, é negra, mestiça e afrodescendente. Isso tem a ver com o fato de que algumas pessoas que antigamente se diziam brancas passaram a se assumir como mestiços ou pardos e os que se diziam mestiços ou pardos passaram a se assumir como negros. Isso faz com que a percentagem da população negra tenha aumentado. Significa que o Brasil, de um modo geral, está assumindo a sua negritude. Muitas pessoas que se dizem brancas no estado da Bahia seriam consideradas negras nos Estados Unidos. Assim como muitos negros nos Estados Unidos podem ser considerados brancos na Bahia. Essa mudança estatística do IBGE mostra que algumas pessoas estão assumindo a sua negritude (FERNANDES, TELO e CORDARO, 2016, p. 40).

DOI: 10.17648/educare.v16i39.23476



Revista Educere Et Educare, Vol. 16, N. 39, (2021) mai./ago.2021. Ahead of Print.



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Além da demanda de candidatos que têm chegado a cada ano na instituição em busca de uma vaga para a pós-graduação, como já apontamos, podemos atribuir o aumento do percentual de pardos e pretos no PPGE UNIFESP como uma tendência já detectada na sociedade brasileira, pois, de acordo com o IBGE, a PNAD contínua relativa ao primeiro trimestre de 2018 registrou um aumento significativo na autodeclaração de pretos e pardos no Brasil no período de 2012 a 2017 e um consequente decréscimo na autodeclaração de brancos. Talvez isso possa ser explicado em virtude da implantação de políticas de afirmação, o que tem levado as pessoas a entenderem a importância da própria origem e de se identificarem como pessoas de determinada cor e raça.

#### Considerações Finais

As análises presentes nesse estudo a partir dos dados quantitativos dizem respeito a entrada e saída de estudantes pretos e pardos no curso de pósgraduação, nível mestrado, em Educação da UNIFESP. Historicamente temos notado, ainda que em passos lentos tem havido o crescimento desses estudantes ocupando os bancos da universidade, após conclusão de seus cursos de graduação. Apesar de contribuir com informações sobre a temática das relações étnico-raciais na pós-graduação brasileira, a pesquisa aponta para muitas lacunas a serem investigadas como, por exemplo, os principais fatores que contribuem para o acesso de estudante negros e negras em tal programa de pósgraduação; as possíveis dificuldades ou os obstáculos encontrados durante as trajetórias de escolarização desses estudantes ou, ainda, quantos e quais estudantes negros perseguem a carreira de docência universitária, dentre outros.

Levantamento recente demonstrou a baixa incidência de docentes negros, com titulação de doutor, nas universidades brasileiras. Em uma das mais respeitadas instituições, a Universidade de São Paulo, dados mostram que, em 2015, apenas 1,89% dos docentes ativos eram negros. Caso emblemático é a Universidade Federal da Bahia (UFBA) que registra apenas 2% de docentes ativos

AHKAA AM



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

negros, contrastando com uma população autodeclarada parda e preta, segundo o IBGE, de 76,3%. Esses dados só corroboram com o fato de que o avanço de estudantes negros aos níveis mais elevados de ensino é cada vez mais restrito, sem considerar, todavia, as dificuldades enfrentadas pelos titulados para ingresso na carreira do magistério superior público. Talvez tenhamos aqui uma outra frente de pesquisa a ser considerada.

Como contribuição dessa investigação, ressaltamos que os programas de pós-graduação do país precisam investigar como estudantes negros tem ocupado esses espaços da universidade pública. Necessitam também analisar a possibilidade de implantação de políticas de ação afirmativa que visem garantir a presença equânime de negros e brancos em seus cursos *stricto sensu*. Aqueles que já implantaram tal sistema, importa avaliar se o modo como têm aderido à política afirmativa de reserva de vagas contribui para alterarem, de fato, a realidade já vivenciada pelo programa, ou, caso contrário, correm o risco de apenas imprimir um selo de legalidade a uma situação que permanecerá inalterada.

#### REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; BITTAR, Marisa; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. O programa de pós-graduação em educação da universidade Federal de São Carlos: um estudo sobre sua história e o perfil dos seus alunos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 6, n.11, p. 65-93, dez. 2009.

ARBOLEYA, Arilda. Educação, mérito e raça. Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp, v. 7, n. 1, p. 95-113, 2019.

ARTES, Amélia. Desigualdade de cor/raça e sexo entre estudantes e titulados na pós-graduação brasileira 2000 e 2010. **Relatório de Pesquisa. Projeto Equidade na Pós-Graduação.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2015.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 858-881, out.dez.2015.





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 39-64, jan.abr.2015.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos** (encerrada), Brasília, v. 1, n. 1, 2007.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam (coord). **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade.** Brasília, DF: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

EURÍSTENES, Poema; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Evolução da Lei nº 12.711 nas universidades federais (2015). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ**, p. 1-25, 2016.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; TELO, Florita Cuhanga António; CORDARO, Rosangela. A Luta dos Negros e das Negras Continua: entrevista com Kabengele Munanga. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 2, jul.dez. 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e Desigualdades no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Sociais, 1992.

Heringer, Rosana., Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional** [en linea], 19(1), 2018.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e Gênero nos sistemas de ensino: Os limites das políticas universalistas na educação. Brasília, DF: UNESCO, 2002. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais. Brasília, DF: IBGE, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013-2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MARTINS, E. Racismo e Educação: A Temática Étnico-Racial em Foco em uma Universidade Pública'. **Interfaces Brasil/Canadá**, v. 16, p. 99-122, 2016.





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

MARTINS, E.; GERALDO, Aparecida das Graças. A influência da família no processo de escolarização e superação do preconceito racial: um estudo com universitários negros. **Revista de Psicologia Política**, v. 13, p. 55-73, 2013.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. Educação e relações raciais na tessitura das memórias e narrações amapaenses: contribuições nos dez anos do PPGMDR/UNIFAP. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 3, p. 173-195, dez. 2016.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália de Oliveira; QUERINO, Ana Carolina; ROSA, Waldemir. **Retrato das Desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed., Brasília, DF: Ipea; SPM; UNIFEM, 2008.

RATTS, Alex. Geografia, relações etnicoraciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 125-140, jan.jun.2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e educação inicial. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 25-34, maio.1991.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina; NEGRÃO, Esmeralda. Situação Educacional de Negros (Pretos e Pardos). São Paulo: **Fundação Carlos Chagas, Departamento de Pesquisas Educacionais**, 1996. (Relatório de Pesquisa).

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 18, n. 50, p. 57-60, jan.abr. 2004.

PAIXÃO, Marcelo (Org). Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: **2009-2010**, UERJ, 2010.

SILVA, Maria das Graças Martins da; NOGUEIRA, Patrícia Simone. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, v. 25, n. 1, p. 111-129, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer; NUNES, Sylvia da Silveira; COSTA, Eliane Silvia. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 144-158, 2017.

TOBIAS, Juliano da Silva. **Negros e negras chegam à universidade: estudo sobre as trajetórias acadêmicas e as perspectivas profissionais dos cotistas da Unifesp.** 2014. 232f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.





Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

VANALI, Ana Crhistina; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu: análise da Universidade Federal do Paraná. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 171, p. 86-108, 2019.

VENTURINI, Anna Carolina. **Ações afirmativas na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Gemaa, 2017a. Disponível

em: <a href="http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/">http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/</a>.

Acesso em: 21 out. 2019.

VENTURINI, Anna Carolina. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação no Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1292-1313, out./dez. 2017b. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0100-15742017000401292&lng=pt&tlng=pt">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0100-15742017000401292&lng=pt&tlng=pt</a>. Acesso em: 21 out. 2019.

Recebido em: 30-10-2019

Aceito em: 20-07-2020

